



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito. -----

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e dezoito; -----

2.- Correspondência – Consideração e análise; -----

3.- Período de antes da ordem do dia; -----

-----4. Assuntos propostos pela Assembleia Municipal: -----

-----4.1.- Apresentação de recomendação ao órgão executivo, com vista a este órgão deliberar a participação do Município na ANAM – (Associação Nacional de Assembleias Municipais) com uma quota anual definida por aquela associação, quota essa que neste ano foi fixada em 1 250,00€ para municípios entre 10 000 e 50 000 eleitores. -----

-----5.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: -----

-----5.1.- Deliberar sobre proposta da Câmara que se refere à Segunda Revisão Orçamental, de acordo com o que dispõe o artigo 33.º do número um da alínea c) da Lei número 75/2013, de doze de setembro. -----

-----6.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira. -----

-----7.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; -----

-----8.- Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e seis membros. -----

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. -----

-----Face aos pedidos de ausência por um período inferior a trinta dias, formulados pelos cidadãos eleitos Luís Miguel Ferreira de Sousa, Carlos Augusto Macedo de Araújo, Susana Sofia Pereira da Silva, Vítor Hugo Rodrigues dos Santos, Aires Francisco de Macedo Fumega e António Ruães Pereira, foram empossados, em substituição dos mesmos os cidadãos, Cláudio Domingues dos Santos Carvalho, Júlio Zamith Soares Rosas, José Duarte Fernandes de Sousa, Cristina Carneiro Costa, João Pedro Araújo da Silva e Fernando José Dantas da Silva, respetivamente. -----

-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta, à sessão ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito, de José Manuel Pinheiro Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Moure, que se fez representar pelo Primeiro Vogal da mesma autarquia, Bruno Domingues Rodrigues; Hélder Constantino Gomes Forte, Presidente da Junta de Freguesia de Cervães; Vítor Manuel Cardoso Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Turiz, que se fez representar pela Secretária do mesmo órgão autárquico, Jacinta Araújo, e Sérgio Sales.-----

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e dezoito foi aprovada por unanimidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----No segundo ponto - correspondência - consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou uma moção sobre a regionalização aprovada pela Assembleia Municipal de Fafe; o Guia Autárquico para o Orçamento de Estado de dois mil e dezoito remetido pelo Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais; uma moção intitulada “Pela conclusão da requalificação da avenida da Igreja, na Lage”, aprovada por unanimidade em sede de Assembleia de Freguesia da Lage; uma missiva da Direção Regional de Braga do STAL de denúncia contra os contratos e os ordenados da Braval; um *e-mail* do Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, de divulgação de pergunta dirigida ao Ministério da Saúde sobre as obras de requalificação da extensão de saúde da Portela do Vade; dois *e-mails* do Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, a acusar a receção das moções do Grupo Municipal do PSD de Vila Verde intituladas “Pela urgente melhoria da mobilidade e acessibilidade ao centro urbano de Vila Verde e zonas industriais do concelho” e “Defesa da floresta contra os incêndios – redes secundárias de faixas de gestão de combustível” e, bem assim, das iniciativas legislativas encetadas pelo mencionado grupo parlamentar sobre estes mesmos assuntos, na Assembleia da República; o boletim número quatro, de dois mil e dezoito, da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Todos estes documentos ficavam disponíveis para eventuais consultas mais minuciosas dos membros do Plenário.-----

-----No ponto três - período de antes da ordem do dia -, Deolinda Pimenta, do PS, apresentou uma recomendação no sentido de que, no decurso das obras no posto de saúde da Portela do Vade, os serviços médicos continuassem a ser prestados na mesma terra, conforme pretendiam os utentes desta unidade de saúde. A oradora socialista considerou que esta reivindicação era legítima; que a ARS Norte não se opunha a esta pretensão, desde que reunidas as condições técnicas necessárias e, sendo a Câmara Municipal a dona da obra, questionou se o Presidente da Câmara estava disponível para criar as referidas condições técnicas. Com base nestes pressupostos, Deolinda Pimenta concluiu que a bancada do PS exortava e recomendava à Câmara Municipal que respondesse positivamente a estes legítimos anseios da população do Vade.-----

-----Costa Pereira, do PS, interveio para sublinhar que a vitória do PSD, nas últimas eleições autárquicas, tinha sido clara, a vontade dos Vilaverdenses havia sido manifestada de forma inequívoca, havia um programa eleitoral a implementar e era evidente que o mesmo devia ser a prioridade do mandato. No entanto, os atuais desafios eram enormes e exigiam a mobilização de todos. Viviam-se tempos de otimismo, os ventos eram de feição, mas as desigualdades sociais haviam-se acentuado e questões como a desertificação do interior e o abandono dos territórios eram emergentes. Existiam exemplos, no passado, de grandes concretizações, no concelho, de personalidades que tinham colocado ao serviço do mesmo a sua capacidade de persuasão e de influência junto do poder central. O Dr. Martinho Gonçalves, enquanto deputado, não havia olhado a meios para reclamar para Vila Verde infraestruturas e equipamentos críticos para o seu desenvolvimento. Também hoje era necessário unir esforços e colocar ao serviço de Vila Verde aquilo que o concelho merecia e necessitava para garantir o seu futuro. O património cultural de Vila Verde era único, a sua identidade e a sua herança geracional eram singulares e era essencial a sua afirmação na região. A atividade económica e as infraestruturas (saneamento, estradas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

equipamentos) já não eram suficientes. A cultura, a vivência de cidade, a qualidade do ensino, os laços sociais e a qualidade de vida em ambiente urbano com sofisticação e inovação eram fatores de atração e de fixação de população. Vila Verde tinha tudo para oferecer às famílias mais jovens, sendo necessário ultrapassar as diferenças, trabalhar em conjunto, dignificar a atividade política e servir a população. -----

----Samuel Estrada, do PS, referiu que a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga relativamente ao concurso para as obras de saneamento da Vila de Prado tinha vindo a declarar ilegal aquele procedimento concursal e a anular o ato de adjudicação. As críticas subliminarmente dirigidas pela juíza ao Executivo mereciam preocupação, nomeadamente quando dizia que os concorrentes não sabiam em que termos as suas propostas iam ser valoradas, não podendo legitimamente esperar uma solução que compreendessem, porquanto os critérios, tal como vinham apresentados, não consagravam em si regras de determinabilidade e de certeza quanto ao seu conteúdo, não permitindo a um qualquer homem médio proceder à assunção de uma qualquer proposta e à avaliação dos termos matemáticos, havendo uma densificação dos critérios feita à posteriori e os concorrentes não sabiam, abe início, em que linhas se cosiam, apresentando propostas às escuras. Dadas as preocupações que esta opacidade revelava, o mesmo orador solicitou ao Presidente da Câmara o ponto da situação sobre este processo, se se conformava com a decisão do mencionado Tribunal e que medidas ia tomar. -----

----Cláudia Pereira, do CDS-PP, apresentou uma sugestão de simplex nas intervenções na Assembleia Municipal. Começou por referir que o que proferira na Assembleia Municipal de vinte e seis de fevereiro caíra num “saco roto”, pois continuava-se a ter reuniões enfadonhas, com pouca produtividade, discutindo-se assuntos que nada acrescentavam de novo ao concelho. Na ótica mesma oradora, as intervenções eram longas, com muita teoria, não focando o essencial, o que realmente interessava. Relembrou que na, última sessão, tinham acabado por ter aulas a várias disciplinas, desde filosofia, contabilidade, fiscalidade, direito, matemática..., tendo ficado bastante agradada com o leque diversificado de conhecimentos académicos que compunham esta Assembleia, contudo estavam ali para representar os Vilaverdenses e não para enaltecer as suas profissões, sendo que as sessões a que havia assistido pareciam uma feira de vaidades, onde cada um queria mostrar as capacidades cognitivas, mostrar que conheciam e eram amigos de pessoas influentes. Na última sessão tinham estado ali quatro horas quando tudo se poderia ter resumida a metade do tempo, o que a levou a sentir-se frustrada, cansada e dececionada. Tinha tido a oportunidade de assistir, na passada sexta-feira, a uma reunião da Assembleia Municipal de Amares, onde tudo havia sido simples, estavam todos muito descontraídos, havia informalidade, mas, ao mesmo tempo, prevalecia o rigor. As intervenções eram claras, sucintas e diretas. Havia respeito mútuo entre todos os membros que a compunham e mesmo quando havia tido lugar uma intervenção de um deputado municipal que usara palavras duras, questionando o executivo, não tinha havido qualquer tipo de manifestação ou contestação, nem muito menos defesas da honra. O Presidente havia respondido a todas as perguntas, de uma forma descontraída e direta, e ninguém esboçara qualquer tipo de comentário. Esta sessão tivera a duração de aproximadamente uma hora e quarenta e cinco minutos. Cláudia Pereira considerou que deviam aprender com as boas práticas, refletir sobre o comportamento que não era nada abonatório. Sugeriu que, nas futuras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

intervenções, todos fossem sucintos, diretos e breves, focadas no fundamental, sem teorias, pois, assim, a mensagem ia ser melhor compreendida e nunca iam ultrapassar os tempos pré estabelecidos para cada bancada. Como estava a falar de simplex, o CDS-PP ia passar a enviar, no final de cada reunião, para o correio eletrónico institucional desta Assembleia, todas as intervenções, para facilitar a elaboração de atas e afins. -----
----Cláudia Pereira aludiu também à situação do Norte do Concelho - Vale do Homem-, para referir que o mesmo, principalmente de Ponte S. Vicente para cima, estava completamente alheio ao progresso do resto do concelho. Considerou que tinha visto, e muito bem, as grandes obras que se estavam a desenvolver nas várias freguesias periféricas a Vila Verde e à Vila de Prado, ao nível do saneamento, infraestruturas, ciclovias, etc, que eram obras necessárias para o bem-estar da população, mas questionava o executivo no sentido de saber quando iam olhar para o norte do concelho, se havia algum plano estrutural de ação para combater a desertificação e se existia algum levantamento dos idosos a viverem isolados, no concelho. Sabia que, atualmente, o norte do concelho era uma zona com pouca população, mas se nada fosse feito, daqui a vinte anos, ia-se resumir a menos de metade da população atual. Era uma realidade que entristecia imenso a deputada municipal do CDS-PP, porque vivia lá e estava no terreno, vendo todos os dias casas a fecharem. Aduziu que tinha um caso concreto que queria partilhar com o Plenário. Referiu que era de Valbom S. Pedro e morava lá. Desde que a sua filha havia entrado para o primeiro ciclo do ensino básico, na EB1 de Oriz S. Miguel, em dois mil e doze, tinham entrado com ela mais duas crianças e só agora, em setembro de dois mil e dezoito, é que iam entrar mais duas. Ou seja, seis anos sem nenhuma criança a entrar para a escola. Lembrou que o CDS há muito tempo que vinha alertando para a galopante desertificação do território e para o tremendo envelhecimento da população nas freguesias, com particular incidência a norte do concelho. Consideravam ser este o principal desafio que tinham, enquanto comunidade, para o futuro deste concelho. Os dados do Instituto Nacional de Estatística revelavam a tendência da evolução da população nas últimas décadas, em Vila Verde e facilmente se verificava um preocupante decréscimo do número de crianças e jovens no concelho, em contraponto com o enorme aumento da terceira idade. Nos últimos trinta anos, havia perdido quarenta e quatro vírgula noventa e três por cento da população dos zero aos catorze anos de idade; vinte e seis vírgula vinte e sete por cento da população entre os quinze e os vinte e quatro anos; enquanto se tinha registado um aumento de dois vírgula setenta e quatro por cento na população entre os vinte e cinco e os setenta e quatro anos e um acréscimo de sessenta e seis vírgula dezanove por cento na população com mais de sessenta e cinco anos. Esta situação comprometedor do futuro não era apenas um problema de Vila Verde. O envelhecimento da população era um flagelo na União Europeia e Portugal não fugia à regra. As principais causas residiam na baixa natalidade, que já não assegurava a renovação das gerações, e no aumento da longevidade, sendo que, atualmente, o número de idosos ultrapassava o de crianças. No que dizia respeito à natalidade, em Vila Verde, se a evolução era genericamente má, em Portugal verificava-se um decréscimo de vinte e oito por cento do número de nascimentos por mil habitantes, entre dois mil e um e dois mil e treze, sendo que, em Vila Verde, a situação se cifrava em menos quarenta e cinco por cento de nascimentos por mil habitantes, no mesmo período de tempo, passando de uma média de treze vírgula três nascimentos, em dois mil e um, para os sete vírgula três, em dois mil e treze.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

O decréscimo de nascimentos, no concelho de Vila Verde, era ainda acima da média da diminuição na região Cávado (quarenta por cento) e no norte do país (trinta e cinco por cento). Perante estes números, exigia-se proatividade e rapidez na implementação de medidas concretas e eficazes, para combater esta tendência. Se o poder central tardava, nessas medidas, cabia ao poder local a responsabilidade direta de avançar com um plano de premência. O CDS tinha defendido que Vila Verde precisava de “+ família”, isto é, precisava de centrar a família em todas as ações futuras. Não sendo solução única, era certamente um meio privilegiado de implementação de uma estratégia ambiciosa. Impunha-se, assim, melhorar todas as outras vertentes económicas e sociais, com a diferença que seria feita de uma forma organizada, colocando os recursos onde eram realmente importantes, com objetivos concretos e com prazos bem definidos, pois era com a família que se repovoava o território e se renovavam as gerações. Cláudia Pereira formulou ainda as seguintes questões: se os dados diziam que, enquanto comunidade, Vila Verde estava a envelhecer, não era lógico apostar fortemente em criar condições nas freguesias para que as pessoas pudessem casar, ter mais filhos e aí viverem; se não era essencial criar condições para cativar população de fora para esta optar por viver e trabalhar em Vila Verde; se não se devia oferecer-lhes mais qualidade de vida e um melhor futuro para os seus filhos; se seria preciso mais dinheiro ou apenas definir melhor quando e onde iam ser gastos os recursos enquanto comunidade; se não faria sentido refletir, em conjunto, sobre tudo isto. Nesse sentido, propunham que o executivo fizesse um estudo exaustivo e profundo sobre as necessidades deste concelho, em cada uma das suas freguesias, para ser mais atrativo para as famílias, assim como a criação de plataformas onde as juntas de freguesia, a sociedade civil e forças vivas do concelho pudessem propor, participar e executar esta missão comum e também o incentivo à construção de casas para os jovens que o pretendessem, com licenciamentos acessíveis.

-----Filipe Lopes, do PSD, interveio para aludir à inexistência de fumo branco para o arranque das obras de execução da rotunda da Loureira, o que o levou a questionar o Presidente da Câmara acerca do ponto de situação deste processo, perguntando-lhe se tinha conhecimento de alguma data para esse mesmo arranque, dado o silêncio do Governo do PS e da Infraestruturas de Portugal, nas últimas semanas, no atinente a esta intervenção. Entretanto caíra do céu uma cunha para resolver este assunto, mas, pelos vistos, a mesma não havia tido qualquer efeito prático e, afinal, apesar de se ter aqui apregoado que, há vinte anos, se resolvia estes processos, até ao momento tal não sucedera. O mesmo orador conveio que, bem atento o calendário eleitoral, porventura, iam assistir a mais um malabarismo político, ou seja, tinha sido prometido o arranque da obra em questão, antes das eleições autárquicas, mas, cerca de oito meses volvidos, nada havia acontecido. Estava-se agora a, sensivelmente, dez ou onze meses das eleições europeias, e era possível que o arranque da obra fosse adiado até lá, para então ser erguida mais uma bandeira eleitoral. O orador social-democrata perguntou se era preciso esperar mais meses ou anos e ver mais gente a morrer naquele local. -----

-----Carlos Correia, do PSD, interveio para convir que, nas últimas semanas, haviam sido surpreendidos com o atraso do início das obras de requalificação e modernização das escolas básicas da Vila de Prado e de Vila Verde. Não era necessário lembrar o papel estruturante da educação na formação de homens e mulheres para o futuro do concelho e reconhecer o trabalho que o atual Executivo Municipal efetuava e ia continuar a efetuar em prol deste pilar, muito particularmente a Vereadora do Pelouro, a Dra. Júlia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Fernandes. Este atraso era da responsabilidade do Ministério da Educação, que tinha que ter transferido para o Município de Vila Verde o montante de setenta e cinco mil euros, que havia impedido que as obras decorressem na interrupção letiva, situação que era motivo de preocupação para a bancada do PSD, urgindo uma solução. O Município também tinha as suas competências neste acordo, nomeadamente os projetos de arquitetura e especialidades, a solicitação dos pareceres legalmente exigíveis e garantir o financiamento da empreitada, sendo que o montante global excedia um milhão de euros em cada escola. Competências estas que tinha sido necessário garantir para se chegar até aqui. Assim, a bancada social-democrata pretendia agradecer a todos os técnicos e colaboradores do Município pelo seu empenho tanto neste como no processo relativo aos centros de saúde do Vade e de Pico de Regalados. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, reportando-se às questões e sobretudo às reflexões suscitadas no âmbito da forma como se fazia política num determinado território, revelou total disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos solicitados, tanto em sede de Plenário como a título mais informal, em reunião que se realizasse para o efeito ou por qualquer outro meio. Era esta a sua forma de estar na política, emergindo também como prioritário dar cumprimento ao programa sufragado pelos Vilaverdenses. Era na base dos compromissos assumidos com os Vilaverdenses que o Executivo social-democrata ia continuar a trabalhar, com total transparência e refutando quaisquer jogos políticos menos claros, com todas as instituições do poder central e com o próprio Governo. Eram parceiros das entidades que geriam o território e do Governo, independentemente da cor política do mesmo, desde que daí resultassem benefícios para Vila Verde. Quando estavam em causa os superiores interesses do concelho, despiam a camisola político-partidária e vestiam a camisola verde do Município, em nome dos Vilaverdenses e do desenvolvimento de Vila Verde. Assim, começou por referir que a área da prestação de cuidados de saúde era fundamental para a Câmara Municipal e lembrou que as parcerias anteriormente celebradas com os organismos da administração regional e com o próprio Governo permitiam que Vila Verde tivesse centros de saúde de elevada qualidade que chegavam a todas as pessoas nas respetivas terras. O Município de Vila Verde havia cedido terreno para a edificação do centro de saúde da Vila de Prado e, posteriormente, tinha realizado uma parceria com o Governo para a construção do centro de saúde de Escariz S. Martinho, equipamento no qual o Município e a Junta de Freguesia local haviam investido uma boa fatia dos seus orçamentos, porquanto a comparticipação estatal fora diminuta. Também na Ribeira do Neiva, no âmbito de uma parceria com a Igreja, fora possível conseguir o terreno para a construção da extensão de saúde, tendo o Município investido três a quatro vezes mais do que o Governo naquela obra de elevada importância. A Câmara sempre estivera atenta a este assunto crucial, mas o Estado nunca tinha concedido a devida importância ao mesmo. O Centro de Saúde de Vila Verde havia sido reabilitado pela Administração Central para a criação das unidades de saúde familiar. A Câmara sempre tinha colaborado, como acontecera com a aquisição de uma viatura, para que o centro de saúde do Neiva pudesse prestar cuidados de saúde ao domicílio. O Município, nesta área, tinha ainda três problemas para resolver: as obras de reabilitação dos centros de saúde do Vade, de Pico de Regalados e de Cervães. Tendo o Município conhecimento de que o Governo não tinha qualquer previsão de datas para o avanço destas três obras, colocara mãos à obra e constatara que o edifício do Vade reunia condições para ser inserido no âmbito do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

PARU. Assim, substituindo o Governo na totalidade, a Câmara havia diligenciado no sentido de que fossem realizadas as obras naquela extensão de saúde, as quais já haviam sido objeto de concurso, estavam adjudicadas e, até ao momento, o Estado ainda não tinha assinado o documento necessário para o arranque da obra, embora o mesmo tivesse sido discutido e o seu teor estivesse aprovado. Apenas não tinha sido objeto de votação e aprovação em reunião de Câmara em virtude da falta de feedback do Governo indispensável para que tal pudesse acontecer. Não estava, ainda assim, inviabilizado o início da obra, porquanto a Câmara Municipal tinha autorização verbal do Diretor da ARS Norte para arrancar com a obra. O mesmo Edil sublinhou também a dificuldade emergente em matéria de efetuação da candidatura, por falta dessa autorização. A Câmara Municipal diligenciara em ordem a que os serviços de saúde em questão pudessem ali continuar, ainda que em instalações provisórias, no entanto, nem o pavilhão gimnodesportivo nem as instalações da Casa do Povo reuniam as condições consideradas necessárias para aquela unidade de saúde ali funcionar, conforme resultara de visita dos técnicos da ARS com competência para o efeito. Como, em Vila Verde, durante a semana, o centro de saúde não tinham qualquer ocupação, os responsáveis da área da saúde sugeriram que ali funcionassem, provisoriamente, os serviços de saúde do Vade. A única alternativa era criar uma unidade provisória, na Portela do Vade, com custos muito elevados, para depois ser destruída. Assim, através do Espaço do Cidadão, podiam se feitas diligências, como marcação de consultas e receitas médicas que não careciam da presença de médico, e ia ser assegurado o transporte dos utentes para Vila Verde. Os serviços ao domicílio, designadamente em matéria de enfermagem, iam continuar a ser prestados nos mesmos moldes. Tinha, assim, havido todo o cuidado em dar continuidade às boas condições colocadas à disposição da população do Vade que contava com o serviço de dois médicos. Indo ao encontro da preocupação evidenciada pelo Deputado Municipal Costa Pereira, o mesmo Edil sublinhou que tinha que haver seriedade no exercício de funções políticas e aduziu que se tinha tentado passar a mensagem de que o centro de saúde do Vade ia fechar, quando se passava exatamente o contrário. Se esta unidade de saúde fosse inspecionada no tocante às condições apresentadas, corria sérios riscos de ser encerrado, circunstância em que a responsabilidade era inteiramente do Ministério da Saúde. Não se sabia até se a intenção não seria não realizar a obra para depois poderem encerrar esta mesma unidade de saúde por falta de condições. Esta eventual estratégia estava a ser contrariada pela Câmara Municipal fazendo obras, ainda que as mesmas não fossem comparticipadas pela Administração Regional de Saúde. Igualmente prioritária era a realização de obras no entro de saúde de Pico de Regalados, as quais constavam numa listagem efetuada no âmbito do acesso a fundos comunitários e deviam ser executadas pela Administração Regional de Saúde que as havia relegado para segundo plano. Tinha sido apresentada uma listagem na CIM Cávado, contemplando investimentos a realizar no setor da saúde, e, mais tarde, sem qualquer informação prévia, a obra de Pico de Regalados havia sido transferida para segunda prioridade, o que era revelador da intenção subjacente. Como, entretanto, tinha havido uma reprogramação de fundos comunitários, o montante agora previsto já cobria a listagem inicial, se a ordem da mesma se mantivesse. O Presidente da Câmara informou que havia escrito uma carta ao Ministério da Saúde e à ARS Norte referindo que, se autorizassem que a execução de fundos comunitários prevista para o Centro de Saúde de Pico de Regalados, o Município de Vila Verde executava as obras e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

até assumia a componente nacional. Na perspetiva do Edil, esta era uma medida proactiva em benefício das populações e revelou também que já comunicara ao Ministério da Saúde a disponibilidade da Câmara Municipal para executar as obras na unidade de saúde de Cervães sem qualquer custo para o Estado, na perspetiva de criar uma completa rede de prestação de cuidados primários de saúde em todo o concelho. O Presidente da Câmara recordou que Vila Verde era um dos primeiros concelhos com médico de família a cem por cento, desde dois mil e dez. O Presidente da Câmara afirmou que, em termos de fundos comunitários, ninguém pedia meças ao Município de Vila Verde, porquanto este fora campeão na execução dos mesmos e, não fossem os obstáculos criados por muitos organismos, Vila Verde seria, talvez, o concelho com maior taxa de execução neste momento. Vinha este assunto a propósito da questão suscitada por Samuel Estrada relativamente ao processo de concurso das obras de saneamento na Vila de Prado. Ainda sobre o saneamento, o mesmo Edil asseverou que estava a ser cumprido o programa eleitoral nesta matéria, estando em curso investimentos que iam totalizar cerca de sete milhões de euros, sendo, no entanto, lamentável que, depois do esforço feito, havendo, por exemplo, condições para fazer ligação a cinquenta ou sessenta casas, apenas entre dez e doze residentes tivessem aderido a esta importante rede. Registavam-se taxas de adesão entre os vinte e trinta por cento apenas, mesmo sabendo-se que, no Município de Vila Verde, existia isenção de pagamento de taxas de ligação para as adesões nos primeiros trinta dias após a disponibilização deste serviço. Assim, não era possível cumprir indicadores a que o Município estava obrigado até no âmbito das próprias candidaturas, daqui resultando a premente necessidade de enveredar por ações de sensibilização conducentes à inversão desta tendência de reduzida adesão. O processo atinente ao saneamento da Vila de Prado havia sido igual a todos os outros, entre os quais, Cervães, Soutelo, Cabanelas, Barbudo e Loureira, tendo, por conseguinte, sido utilizada a mesma fórmula de cálculo. Ademais, todos estes contratos haviam já sido visados pelo Tribunal de Contas, a única exceção era o processo da Vila de Prado, fruto do recurso apresentado. Todo este processo de concurso, desde a aprovação das peças à fórmula, ao processo de análise e à minuta do contrato, tinha sido elaborado por um júri que o Presidente da Câmara considerava competente para o efeito e havia sido aprovado em sede de reuniões de Câmara, por unanimidade, sem que alguma vez houvesse sido levantada qualquer questão. O processo era transparente e claro. O Tribunal não tinha entendido assim e a Câmara já havia entroposto recurso por ter sido entendido que lhe assistia razão. O mesmo recurso havia sido entroposto por uma empresa que apresentava como justificação para o preço normalmente baixo, pagar salários inferiores ao salário mínimo nacional, o que não se afigurava correto do ponto de vista da análise, mesmo assim, a comissão de análise do concurso, não considerou esse facto. Quando muito, o processo do saneamento da Vila de Prado caía e tinha que se realizar um novo procedimento. Presumia que tal não ia ser necessário, mas, em caso de necessidade, assim ia acontecer, até para que o processo não sofresse mais atrasos. Relativamente à questão das medidas já tomadas pela Autarquia, o Presidente da Câmara esclareceu que, em posteriores concursos, a decisão ia nortear-se, sempre que possível, pelo preço mais baixo, sem prejuízo de surgirem, de igual modo, recursos, podendo suceder o que estava a ocorrer com a obra da Lage há pouco referenciada neste Plenário e suscitada pela Assembleia de Freguesia da mesma freguesia. Tratava-se da circunstância de haver empresas a executar obras que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

ganhando o concurso pelo preço mais baixo, depois, não davam conta do recado. A empresa que tinha a seu cargo a execução da referida obra, na Lage, não estava a cumprir e este problema estava a ser gerido. Esta empresa não tinha tão-pouco conseguido entregar os documentos atinentes à obra da entrada norte de Vila Verde e a mesma havia passado para o segundo concorrente, o qual estava a cumprir e a ir ao encontro do objetivo da empreitada. Nesta altura estava a decorrer um elevado volume de obras no concelho e o Edil não tinha ouvido nenhum deputado municipal do PS dizer que estavam em curso obras de saneamento em Cervães, Cabanelas, Soutelo e Barbudo, nem que já havia terminado a intervenção, também ao nível de alargamento da rede de saneamento básico, na Loureira, assim como em Escariz S. Mamede e em Moure. O Presidente da Câmara, reportando-se à questão suscitada pela Deputada Municipal do CDS-PP, considerou que o problema da baixa natalidade e da desertificação de territórios não era exclusivo do Vale do Homem, constituindo antes uma questão de âmbito nacional que afetava sobretudo as regiões do interior. O combate a este flagelo passava pelos municípios mas também pelo poder central, ao qual havia também muito a apontar nesta matéria. Bastava ver a questão da reprogramação dos fundos comunitários, na qual os grandes prejudicados tinham sido as zonas mais carentes de investimentos, tendo a maior fatia sido destinada às grandes áreas metropolitanas. Esta política de empobrecimento dos mais pobres e de enriquecimento dos territórios mais ricos tinha que ser combatida, até porque os fundos destinavam-se principalmente às zonas de convergência e este princípio tinha, assim, sido subvertido. O Município tinha vindo a apoiar os jovens com determinadas medidas: isenção de licenças de construção para jovens com menos de trinta e cinco anos de idade; criação de zona industrial, no Vale do Homem, à entrada de Coucieiro, para criar emprego; estava a investir na criação de boas condições de lazer nas zonas ribeirinhas, sendo exemplo a praia fluvial de Oriz e as diligências que estavam a ser feitas com o seu homólogo de Terras de Bouro para a concretização de novos projetos a este nível; ia começar a construção de ecovia, em Terras de Bouro, e estava a ser executado o projeto para a posterior construção dos troços de Amares e Vila Verde. Ademais, o Município de Vila Verde havia adquirido terreno, em Valbom S. Pedro, para a instalação de um lar. Estava a ser construído um edifício destinado ao Espaço do Cidadão do Vale do Homem. Ao longo do tempo, a Câmara tinha investido em parques desportivos e Valbom S. Pedro tinha um relvado sintético no qual talvez ainda não tivesse decorrido qualquer jogo. As últimas estatísticas diziam que Vila Verde estava a crescer em termos populacionais. A criação de mais de seiscentas empresas, no concelho de Vila Verde, nos últimos quatro anos, era sintomática do trabalho que estava a ser feito para elevar a atratividade de investimento no território. Relevava a necessidade de requalificação da EN 101, a qual não se confinava à rotunda da Loureira. O maior problema nas acessibilidades a Vila Verde resolvia-se, sobretudo, com a construção da variante à EN 101. Entretanto, a construção da rotunda da Loureira, para minimizar os problemas de segurança e para melhorar a qualidade de vida das pessoas já seria um passo importante. Relevava igualmente a requalificação desta artéria dentro da calendarização prevista, embora, neste momento, o Município a desconhecesse, porquanto uma tentativa de negociação do terreno em causa havia falhado, estando, pois, para ser criada uma diligência - DUP - em ordem à posse administrativa do terreno. Tinha conhecimento de que uma empresa havia efetuado o levantamento, entre Pedome e o Alívio, tendente à realização da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

pavimentação e execução dos passeios, até ao final do ano, conforme havia sido prometido em reunião tida em Lisboa. Ao que sabia, ainda não tinha decorrido qualquer concurso e os prazos para o corrente ano estavam claramente comprometidos. Para a rotunda já havia concurso, mas desconhecia a calendarização, sendo certo que a sua edificação já estava atrasada há muitos anos, com toda a responsabilidade fora do âmbito do Município. Era consabido que, ao longo dos tempos, o Município de Vila Verde havia feito grandes investimentos na melhoria da rede escolar e tinha-se disponibilizado para investir na requalificação das escolas de segundo e terceiro ciclos de Vila Verde e da Vila de Prado. Além dos obstáculos criados durante muito tempo, com os pareceres sempre atrasados para os projetos de requalificação, ao cabo de muitos esforços, havia, finalmente, sido celebrado um acordo com o Estado para que os municípios pudessem realizar as obras nas escolas destes níveis de ensino. Vila Verde tinha assinado o acordo em setembro de dois mil e dezasseis para as mencionadas requalificações, assumira a responsabilidade de elaborar os projetos, disponibilizara, do seu envelope europeu de fundos comunitários, o limite máximo de oitocentos e cinquenta mil euros para as duas referidas escolas. O montante global ascenderia a um milhão de euros e o Estado comprometera-se a financiar cinquenta por cento da componente nacional, isto é, cento e cinquenta mil euros por cada escola. Mas, à medida que o projeto ia sendo feito, eram apresentadas propostas ao Ministério da Educação que exigiam cada vez mais, tendo atingido, em sede de concurso, um valor superior a um milhão e trezentos mil euros, o que equivalia a dizer que o Município ia ter que investir cerca de quatrocentos mil euros em cada uma destas duas requalificações. O visto do Tribunal de Contas ainda não existia porque se esperava que o Estado fizesse o cabimento e o compromisso indispensáveis para o efeito. Afinal, o paraíso e a folga económicas não eram tão grandes como se apregoava, pois estava em causa apenas uma cabimentação de setenta e cinco mil euros por escola, para dois mil e dezoito e igual montante para dois mil e dezanove. Estas obras deviam estar a iniciar-se agora que decorriam as férias escolares de Verão, mas iam acabar por ter início já em período de aulas, o que ia levar a que se dissesse que não havia capacidade de planeamento. Na semana transata tinha sido inaugurada a obra de ampliação e requalificação do posto da GNR de Vila Verde e o Município de Vila Verde havia igualmente assumido uma forte componente financeira, tendo mesmo adquirido imóveis do Estado necessários para integração no mesmo posto e para que a obra se realizasse. A postura da Câmara era de cooperação com os organismos centrais e regionais para que os problemas das pessoas fossem efetivamente resolvidos. -----

-----Tendo o Deputado Municipal Martinho Gonçalves, do PS, questionado a prolongada intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Mesa esclareceu que, do ponto de vista regimental, o Edil tinha todo o direito de responder às questões que lhe eram dirigidas e lembrou que havia sido colocadas questões pelas bancadas do PS, do CDS-PP e do PSD. -----

-----Martinho Gonçalves interveio para afiançar que a sua bancada havia iniciado esta sessão num sentido positivo, colocando questões que iam ao encontro daquilo que a Câmara estava a fazer, e que via com satisfação o modo como a Câmara estava a lidar com alguns dos problemas a que o Presidente aludira, designadamente o saneamento, que estava a ter um desenvolvimento visível; a questão do centro de saúde do Vade, sendo louvável a atitude tomada pela Câmara Municipal, porque não era a tal obrigada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

mas, efetivamente, tinha-se adiantado e a bancada do PS estava ali para registar esse facto e para dizer ao Presidente da mesma Edilidade que estava ao seu lado naquela matéria e valorizava essa postura. A bancada do PS, no dizer do mesmo orador, também valorizava todos os outros aspetos de que o Presidente falara, mas o Edil tinha que perceber que os membros da bancada do PS não eram do partido que estava a governar a Câmara Municipal, eram da oposição, a qual tinha duas funções: acompanhar a atividade da Câmara e, nesta Assembleia, ser fiscalizadora dessa atividade, em termos essencialmente políticos, e apresentar alternativas e ideias para ajudar na governação da Câmara Municipal com outra visão. Era assim que Martinho Gonçalves gostaria que a Assembleia e a Câmara Municipal funcionassem. Na perspetiva do mesmo Deputado Municipal, o Presidente da Câmara devia evitar o que tinha acabado de fazer: quarenta minutos a atacar um adversário que não estava presente, quando não o via a fazer isso na comunicação social ou a ir a Lisboa fazê-lo, embora fosse esse o sítio certo para o efeito e não neste Plenário, onde não estava ninguém que pudesse defender o Governo. Neste órgão estavam pessoas que defendiam o concelho e a sua bancada estava aqui com este objetivo e não para fazer política. Os ataques ao Governo não ficavam bem ao Edil e o que aqui era dito começava a constar-se junto das pessoas que tinham que tomar decisões, logo não era bom para o concelho. Martinho Gonçalves considerou que o Presidente da Câmara Municipal devia ser cooperante com o Governo e assegurou que a sua bancada estava disponível para o ajudar nessa matéria. Mais conveio que o mesmo Edil tinha uma forma de abordar as questões que não correspondia à verdade nem fazia muito sentido. Quis saber qual era a influência da Câmara Municipal na existência de médicos para todos, quando este assunto era da inteira responsabilidade da administração do setor. A afirmação de que a empresa ABB, uma das maiores do país, pagava salários mínimos ia, de certeza absoluta, ficar cara ao Presidente da Câmara Municipal, consubstanciando uma ofensa grave, feia e que não dignificava o cargo que ocupava. Não se podia dizer que uma empresa deste calibre praticava salários mínimos nem isso era motivo para justificar que a empresa que havia apresentado o melhor preço e reunido todas as características necessárias não fosse escolhida. Martinho Gonçalves considerou que era verdadeira a afirmação do Presidente da Câmara de que os procedimentos concursais haviam sido os mesmos em todas as obras e afirmou que tal sucedia porque os concorrentes não se importavam, visto que, depois, ganhavam em outros concursos de outras obras. O mesmo orador conveio que era bom sinal que o PSD não gostasse daquilo que ele estava a falar, pois era sintomático de que estava a doer-lhes. Concluiu, manifestando a disponibilidade da sua bancada para trabalhar em conjunto, continuando a ajudar a Câmara Municipal naquilo que fosse necessário. Mas recomendou ao Presidente da Câmara que falasse consigo antes de atacar o PS, pois tal atitude seria mais produtiva e esperava que o Edil não se viesse a arrepende da atitude que havia tido. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, em relação à empresa ABB, havia afirmado que a mesma tinha justificado o preço anormalmente baixo, abaixo do valor-base, justificando que pagava salários baixos, na ordem dos quatrocentos e cinquenta euros, embora o Edil não tivesse bem presente o valor exato dos salários invocado pela referida empresa. Assim, o Presidente da Câmara sublinhou que não tinha sido ele a dizer que a empresa pagava salários baixos, tendo-se apenas limitado, na sua anterior intervenção, a referir que a empresa é que havia apresentado esse argumento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

para justificar o valor anormalmente baixo da sua proposta, conforme consta da mesma até dos relatórios. O Edil reiterou que apenas disse que esse argumento estava escrito na proposta da empresa. Assim, o Edil venceu que, não só não disse que a empresa pagava baixos salários como até acreditava que tal não acontecesse. Podia ter sido uma estratégia da empresa para ganhar o concurso, mas o júri, analisando as propostas, havia atribuído a pontuação da forma que considerara que o tinha que fazer. O Edil mais esclareceu que não havia afirmado que a Câmara tinha colocado médicos de família em qualquer lado, tendo-se antes limitado a proferir que o concelho de Vila Verde, há vários anos, felizmente, tinha médicos de família para todos, graças à ação de quem tinha responsabilidades nessa matéria. Ademais, aquilo que tinha feito era simplesmente dizer a verdade, já que, na praça pública, se dizia que as obras nas escolas nunca mais começavam e era importante esclarecer a quem cabia a responsabilidade por esta situação. Mais referiu que o Deputado Municipal Martinho Gonçalves não pertencia ao Executivo Municipal, mas também o Presidente da Câmara Municipal não era membro da oposição, tinha a obrigação de vir dar conta ao Plenário da ação do Executivo em cada uma das matérias levantadas em sede de Assembleia Municipal e questionou se não tinha o dever de esclarecer e responder a todas as questões aqui colocadas. Tinha-se limitado a dizer o que sabia sobre os assuntos sem fazer quaisquer ataques pessoais. Reiterou a postura de total colaboração com o Governo e informou, a este propósito, que havia recebido o desafio de colocar médico-dentista no centro de saúde de Vila Verde, tendo sido solicitado ao Município o pagamento de todo o equipamento, o qual orçava em perto de sessenta mil euros. Embora esta fosse uma responsabilidade do Ministério da Saúde, em coerência com o espírito de colaboração a que aludira, a Câmara tinha um protocolo em cima da mesa, para assinar e, assim, cooperar com o referido Ministério. O Município não tinha a obrigação, mas ia fazê-lo porque os Vilaverdenses mereciam ter acesso a serviços de saúde oral. Ao invés do que Martinho Gonçalves dizia, a Câmara Municipal de Vila Verde tinha uma muito boa relação com a Administração Central e com a Administração Regional, razão pela qual o Município de Vila Verde era muitas vezes escolhido para ser parceiro em muitas atividades. Aludiu ainda a uma outra parceria com a Direção Regional de Cultura do Norte conducente a que Vila Verde representasse o país numa iniciativa que ia ter lugar no México. Estavam, pois cooperantes com o Governo, mas tal não invalidava que não fossem críticos em relação ao Governo, independentemente da cor político-partidária do mesmo, desde que estivesse em causa o interesse do Município, além de quem não havia atacado nenhum membro do Governo tendo-lhe tão-somente atribuído a responsabilidade pelo atraso das obras supra mencionadas e feito um ponto de situação das mesmas. A verdade, por muito dura que fosse, era esta. -----
----Martinho Gonçalves, em interpelação à Mesa, considerou que havia tido um tratamento distinto daquele que merecera o Presidente da Câmara, tendo sido várias vezes interrompido pelo Presidente da Mesa, situação que não se tinha verificado durante a intervenção do Edil, ficando assim marcada uma etapa no relacionamento da bancada do PS com a Mesa. -----
----No ponto 4.1.- apresentação de recomendação ao órgão executivo, com vista a este órgão deliberar a participação do Município na ANAM – (Associação Nacional de Assembleias Municipais) com uma quota anual definida por aquela associação, quota essa que neste ano foi fixada em 1 250,00€ para municípios entre 10 000 e 50 000



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

eleitores -, o Presidente da Mesa esclareceu que se tratava de uma associação que germinara há cerca de um ano, tinha em vista a defesa dos interesses, em matéria de participação, das assembleias municipais. Por se tratar de uma associação de direito privado, numa primeira fase, tinha que ser deliberada uma recomendação ao órgão executivo para a sua adesão. -----

-----Conceição Alves, do PS, referiu que o Presidente da ANAM havia dito que era essencial manter a dignidade das assembleias municipais e que, quando o agente fiscalizador dependia economicamente do fiscalizando, não era possível manter a transparência e o rigor necessários para garantir uma correta ação de quem fiscalizava. Analisando os estatutos e confrontando-os com as afirmações do Presidente, compreendia a confusão instalada nas várias propostas, nas várias assembleias. Também Conceição Alves tinha dúvidas e, para que as mesmas se dissipassem, tinham que ser aqui esclarecidas algumas incongruências que descobrira na sua pesquisa. O artigo primeiro dos mencionados estatutos referia que a ANAM não prosseguia fins políticos nem lucrativos, o artigo segundo sublinhava que o papel desta associação era valorizar as assembleias municipais e o artigo terceiro esclarecia que os seus associados eram os municípios, representados pelos respetivos presidentes das assembleias municipais aderentes. Analisados os estatutos, a oradora do PS considerava que os mesmos previam a adesão de municípios e não de assembleias municipais, competindo a estas apenas a deliberação relativa à adesão, mediante proposta do Município que seria o associado. Esta convicção levou Conceição Alves a querer saber a razão pela qual a proposta não partia do Executivo. Se, por um lado, a ANAM pretendia que as assembleias municipais fossem verdadeiras casas da democracia, agindo com independência e transparência, e, por outro, os municípios eram os seus associados, sustentando-a financeiramente, dificilmente o objeto seria cumprido. No seio das propostas de adesão de diferentes autarquias, as divergências e polémicas eram sintomáticas da inexistência de consensos. A bancada do PS não se opunha à adesão, pretendendo apenas que se verificasse se a proposta estava ou não formulada em cumprimento da Lei. -----

-----O Presidente da Mesa esclareceu que o que se estava a apresentar era apenas uma recomendação ao órgão Executivo, caso o mesmo entendesse deliberar pela adesão e, se assim acontecesse, o Plenário, numa próxima sessão, ia apreciar o assunto e deliberar relativamente a esta mesma adesão. -----

-----O ponto 4.1. foi aprovado por unanimidade. -----

-----No ponto 5.1.- deliberar sobre proposta da Câmara que se refere à Segunda Revisão Orçamental, de acordo com o que dispõe o artigo 33.º do número um da alínea c) da Lei número 75/2013, de doze de setembro -, André Carvalho, do PS, referiu que se tratava do cumprimento de uma exigência da regra de equilíbrio orçamental. O saldo da conta de gerência do exercício anterior não era um indicador de gestão, muito menos de boa gestão, sendo antes o saldo que resultava de operações de financiamento e receitas, muitas destas provenientes do Orçamento de Estado. Para falar de indicadores e de boa gestão era necessário fazer uma análise das variações ao longo do ano, nomeadamente as decorrentes de empréstimos contraídos pela Câmara Municipal. Gostava que este saldo refletisse uma imagem transparente e limpa, como os Vilaverdenses mereciam. As taxas e impostos municipais eram reduzidos e justos atendendo às ofertas de que os cidadãos dispunham. -----

-----O ponto 5.1. foi aprovado por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----No ponto 6.- apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira – não se registou qualquer pedido de intervenção. -----

-----No ponto 7.- período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias – não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----No ponto 8.- período de intervenção aberto ao público – registou-se a inscrição da cidadã Fátima Queirós que começou por referir que ia falar sobre Prado e que não era de Prado mas ali vivia há cerca de quarenta anos. Passados dois campeonatos de canoagem, ia seguir-se o campeonato de mundo de que todos se orgulhavam, iam receber muitos atletas internacionais, entre os quais alguns olímpicos, e Prado ia, certamente, passar, mais uma vez, uma vergonha, porque tinha obras inacabadas, como a eletrificação, a rega e as casas de banho que se encontravam por fazer. A mesma cidadã perguntou ao Presidente da Câmara Municipal para quando estava prevista a realização destas obras. Mais quis saber para quando estava prevista a requalificação dos jardins da Ponte, os quais, nos últimos quarenta e dois anos, nunca haviam sido modificados. Questionou também como era classificada a obra do campo da feira e se aquele exemplar era digno da Vila de Prado. Considerou que o quiosque que lá estava era um mamarracho, quis saber se alguém havia feito um estudo paisagístico prévio e se pretendiam fazer algo com a pala, dada a sua inutilidade. Perguntou se existia uma solução para o anfiteatro mesmo em frente à bomba de gasolina e para quando estava prevista uma pavimentação em condições no centro da Vila. As rotundas apresentavam mato e a cidadã Fátima Queirós quis saber se o Município pretendia substituir os jardineiros que já haviam partido. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que a intervenção que o antecedeu revelava falta de atenção em relação àquilo que estava a acontecer na Vila de Prado, a qual estava a ser objeto de uma transformação profunda. Os projetos em questão haviam sido entregues a um arquiteto de Prado, o qual conhecia bem o território e os anseios da população. Tinha sido da autoria mesmo o projeto do espaço da feira e tinha-se registado uma grande melhoria relativamente ao que ali existia. Tudo podia ser questionado, nomeadamente se a feira se devia realizar ali, se aquele abrigo devia estar naquele local. O mesmo se podia referir relativamente ao quiosque, mas a verdade é que o mesmo já ali se encontrava há bastante tempo, tendo-se revelado necessário manter o compromisso com as pessoas que o exploravam. Independentemente de se gostar ou não da pala, a verdade era que a mesma tinha alguma utilidade e a Junta de Freguesia já estava a dinamizar atividades que contemplavam aquele espaço. A casa de Banho estava a funcionar ali e no Faial. A Vila de Prado, Vila Verde e Portugal nunca ficaram envergonhados com os eventos desportivos de canoagem realizados na zona da praia fluvial do Faial, tendo o Campeonato Europeu de Maratona sido, segundo a Federação da modalidade, o melhor de sempre, tal como a Taça do Mundo de Canoagem havia constituído a melhor organização de todas as edições já realizadas. Esperava agora que se pudesse vir a dizer que o Campeonato de Mundo tinha sido o melhor de sempre. Todos deviam antes congratular-se com o excelente Clube Náutico existente na Vila de Prado, com dirigentes que sabiam promover a canoagem. A praia fluvial do Faial não só não era motivo de vergonha como, segundo a APA, era das mais frequentadas do país e isto apenas acontecia porque a mesma oferecia boas condições, sendo que algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

ocorrências estavam fora do controlo da Câmara e até associadas a situações de falta de civismo. O Edil propôs-se ainda falar do que faltava fazer e começou por aludir ao largo Comendador Sousa Lima, vulgo jardins da Ponte, para o qual a Câmara já tinha elaborado um instrumento de gestão do território, uma ARU, que contemplava uma ampla reabilitação urbana que abrangia também o campo da feira, a praia fluvial do faial e uma ligação desta à Ponte de Prado, já aprovada pela APA ao cabo de muitos e difíceis esforços. Estava aprovado o projeto da Ecovia do Cávado, desde o Faial até Soutelo – Mirante - e do Mirante a Porto Carrero. Esperava que as pessoas – proprietários de terrenos – não viessem a colocar obstáculos, visto que eram necessárias as autorizações das mesmas. Estava preparado para ir a concurso o processo de requalificação de toda a zona onde se encontrava o mencionado anfiteatro, concretamente a praça defronte da antiga farmácia da Botica. Relativamente à praça junto à Ponte de Prado, já tinham sido solicitados os pareceres da APA relativamente aos respetivos projetos e estavam a aguardar o parecer da Direção-Geral de Cultura. Esta intervenção integrada ia, assim resolver também o problema dos arruamentos que a cidadã Fátima Queirós considerara não estarem nas devidas condições. Ia ainda ser criada uma ciclovía urbana que ia depois ter um outro desenvolvimento ao longo da zona urbana da Vila de Prado, contemplado no projeto que já estava a ser elaborado. Estas intervenções, conjuntamente com outras que estavam a ser programadas com a Junta de Freguesia da Vila de Prado, iam, no curto prazo, conceder à Vila de Prado a dignidade que lhe era devida. -----

-----O Presidente da Mesa manifestou a sua convicção de que todos os eleitos estavam imbuídos de fazer o melhor possível pelo concelho de Vila Verde. Porém, era também necessário que todos, como regra social fundamental, tivessem respeito pelos outros e urbanidade, soubessem estar e ter disciplina. A Assembleia Municipal era um órgão em que também a disciplina tinha que imperar, porquanto o mesmo se norteava por estatutos próprios e um regimento para cumprir. Assim, o Presidente da Mesa apelou a que todos tivessem estes princípios em conta. Mais referiu que deparara com deputados municipais a interromper quem estava no uso da palavra. Em sede de Comissão Permanente havia frisado que não era justo nem razoável que se tirasse fotos de deputados municipais no uso da palavra, até porque esta prática estava proibida, e tendo obtido um feedback positivo dos respetivos membros, hoje, assistira, várias vezes, ao incumprimento destas regras essenciais, mesmo sendo consabido que apenas os jornalistas, que estavam devidamente credenciados, estavam autorizados a tira tais fotos. Estes comportamentos configuravam falta de respeito, eram sintomáticos de não saber estar. Era, pois, importante que os mais experientes nestas lides veiculassem aos mais novos a necessidade de cumprimento destas regras. Mais lamentou que presidentes de junta tivessem vindo assinar a presença e se tivessem depois ausentado até ao final da sessão. O Presidente da Mesa estava atento a estas questões e tinha poder para fazer valer as regras. Concluiu apelando a todos para que tivessem respeito por este órgão.-----

-----A minuta da ata da reunião de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e dois, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudessem, assim, produzir efeitos imediatos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.---
-----Paços do Concelho de Vila Verde, em 28 de setembro de dois mil e dezoito. -----

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário
